



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Constitui objeto do presente chamamento público, o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas na especialidade de Psicóloga Clínica, para atender a demanda da portaria SES 300/2024 e, para atender demandas judiciais também na especialidade de psicologia clínica. O valor é oriundo de pesquisa no Licitacon, através de media de preços.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Descrição / Especificação	Valor unitário de referência	Valor total
1	1800	Unidade	Consulta de psicologia clínica	51,66	92.988,00

Destes, 60 serão consultas para atender demandas judiciais e 1440 para atender a pacientes SUS demanda da portaria SES 300/2024.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do credenciamento será de 6 (seis) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e ciência do (a) CREDENCIADO (A), por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo e consensual.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- () bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- (X) credenciamento (art. 6º, inciso XLIII, Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Em face da necessidade em atender a demanda da portaria SES 300/2024 e atender demandas judiciais também na especialidade de psicologia clínica se faz necessário a contratação deste serviço no município de São Borja.

A portaria da SES 300/2024 estabelece repasse extraordinário de recursos financeiros da Secretaria Estadual de Saúde aos municípios atingidos pelos eventos climáticos de chuvas intensas ocorridas no Estado, que se encontram em estado de calamidade pública ou situação de emergência, tendo a programação para execução até dezembro de 2024.

Para atender a portaria da SES 300/2024 serão implantadas duas equipes de saúde mental, com carga horária de 60h semanais cada. Serão destinados para atendimento clínico psicológico 50% das horas de cada equipe, portanto 30h semanais de atendimento individual psicológico de cada equipe, totalizando 60h semanais de atendimentos psicológicos – clínico.

Para atender as demandas judiciais do Município de São Borja, serão destinadas 15h semanais de atendimento psicológico clínico ou, 60h mensais.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é a contratação de profissionais psicólogas para atender a demanda SUS específica da portaria SES 300/2024 e demandas judiciais, através de chamamento público, conforme as condições estabelecidas neste edital, normas do SUS e demais legislações vigentes. Os valores a serem contratados serão os estabelecidos através de média de preço do Licitacon.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação será realizada por meio de chamamento público, por credenciamento de profissionais interessados em prestar os serviços. O edital de chamamento público será divulgado e mantido à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, com as condições padronizadas de contratação, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.1 As pessoas jurídicas deverão apresentar para credenciamento os seguintes documentos:

a) Prova de inscrição, registro ou cópia da Carteira de Identidade Profissional expedida pelo Conselho Regional de sua especialidade, do(s) responsável(eis) técnico(s) da empresa, acompanhada de cópia da sua Carteira Profissional ou outro meio que comprove a vinculação do profissional com a empresa licitante.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

b) Cópia do Diploma de Graduação, frente e verso autenticado por tabelião ou por servidor municipal encarregado.

6.1.2 As pessoas físicas deverão apresentar para credenciamento os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade.
- b) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- c) Comprovação de inscrição no Registro na entidade Profissional de Classe, por meio da cópia da Carteira de Identidade Profissional, expedida pelo Conselho Regional da sua categoria.
- d) Cópia do Diploma de Graduação, frente e verso autenticado por tabelião ou por servidor municipal encarregado.

6.2 Os documentos poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por servidor municipal encarregado, mediante a apresentação dos originais.

6.3 É vedado o credenciamento de profissionais pertencentes ao quadro permanente do Município, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, conforme art. 14, inciso IV, 14.133/2021.

6.4 É vedado a cobrança diretamente do paciente atendido de quaisquer valores.

6.5 Os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município.

6.6 A habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômica serão as definidas pela Lei 14.133/21.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. As consultas em psicologia clínica deverão ser prestadas por profissional psicólogo devidamente regulamentado pelo Conselho de Psicologia e deverão ser realizadas no Centro de Atendimento em Saúde (CASA), no Município de São Borja, durante horário de funcionamento do local, das 8h às 12h, e das 13h às 17h., em sala individual e adequada ao atendimento psicológico, sendo as sessões de no mínimo 35 (trinta e cinco) minutos.

7.2. Para a realização do atendimento, o credenciado deverá receber do paciente a autorização de atendimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde do Município.

7.3 O tratamento terapêutico em psicologia será para usuários encaminhados pela Secretaria Municipal da Saúde de acordo com os encaminhamentos.

7.4. As despesas de locomoção serão de responsabilidade do CREDENCIADO e deverão ser realizadas conforme solicitação da Secretaria Municipal da Saúde.

7.5 O controle dos atendimentos será feito pela Secretaria Municipal da Saúde, a qual determinará os serviços de acordo com os recursos disponíveis.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

7.5 O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente a prestação dos serviços pelo(a) credenciado(a), podendo proceder o descredenciamento, em casos de negligência, imperícia, imprudência e descumprimento contratual, observado o devido processo legal.

7.6 O CREDENCIADO poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

Prazo de início dos serviços deverá ser de até 5 (cinco) dias após a assinatura do credenciamento e organização da agenda.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

O credenciado atenderá no Centro de Atendimento em Saúde (CASA), no Município de São Borja, durante horário de funcionamento do local, das 8h às 12h, e das 13h às 17h., em sala individual e adequada ao atendimento psicológico, sendo as sessões de no mínimo 35 (trinta e cinco) minutos. Horário a ser definido e organizado por enfermeira responsável.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

g) Cumprir os horários designados pela Secretaria Municipal de Saúde dos atendimentos, de acordo com o cronograma de agendamento.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

Não se aplica.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será Claudia Adriane Schropfer Schmidt, psicóloga, claudiaschmidt@yahoo.com.br, (55) 981307052, CRP 07/19447.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

14.1. O credenciado deverá apresentar na Secretaria Municipal De Saúde, até o dia 5 de cada mês, a planilha de atendimentos prestados no mês anterior, discriminados com nome do usuário, número do cartão SUS, data de assinatura do paciente.

14.2. O pagamento será feito por produção, conforme atendimentos realizados.

14.3. O pagamento será feito mensalmente, mediante empenho e solicitação da Secretaria de Saúde, após a entrega e conferência da produção mensal de cada profissional, por profissional fiscal.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será pela produção, conforme planilha de atendimentos realizados. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal detalhando o objeto



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. A contratação será realizada por meio de chamamento público, por credenciamento de profissionais interessados em prestar os serviços. O edital de chamamento público será divulgado e mantido à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, com as condições padronizadas de contratação, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. Serão selecionados profissionais que atendam a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência. A demanda de atendimentos será distribuída igualmente entre todos os credenciados.

17.3. O presente credenciamento trata-se de hipótese de contratação paralela e não excludente. Desse modo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, será adotado como critério objetivo de distribuição da demanda a divisão do quantitativo total das cotas do serviço, conforme o número de credenciados, salvo em casos em que o credenciado não puder disponibilizar a agenda na quantia definida.

17.4. O agendamento das consultas se dará através de triagem em critério de brevidades, de acordo com a ordem de chegada dos encaminhamentos das Estratégias de Saúde da Família, respeitando os critérios de prioridades do Ministério da Saúde, devendo constar no encaminhamento sintomas, auxiliando o profissional da triagem. Da mesma forma, a ordem de agendamento da demanda se dará a partir da solicitação, um para cada profissional credenciado para o referido objeto, a iniciar pelo primeiro credenciado e assim por diante, até o fechamento da cota do mês total.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo itens que serão credenciados, e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto.
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(x) Sim () Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica:

Diploma do profissional, bem como inscrição no Conselho da classe, CRP.

19.2 VISTORIA

(x) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(x) Não () Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

19.4 AMOSTRA

(x) Não () Sim

19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Código de ética do profissional psicólogo

19.6 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Não se aplica.

19.7 DAS VEDAÇÕES

Não se aplica.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços deverá atender ao Decreto Municipal nº 20.108/2023 e o art. 23 da Lei 14.133/21.

Para formalização do valor da consulta na especialidade de psicóloga clínica, a média de preços usada como parâmetro foi através de banco de preços públicos, no caso o Licitacon, conforme pesquisa em anexo.

Estimativa para o período de 6 meses:

Item	Quant	Unid	Especificação	Valor unitário de referência	Valor total
1	1800	Unidade	Consulta de psicologia clínica	51,66	92.988,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Cláudia Adriane Schropfer Schmidt - 111013044
Centro Especializado em Reabilitação Física e Auditiva, 09/07/2024, 08:57

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal ou Governo Federal/emenda parlamentar.

21.2.. (Indicar a dotação orçamentária da contratação).

Órgão: 10

Unidade: 04

Função: 10

Programa:

Projeto/Atividade: 2088

Elemento: 339039.00.00.00, 339036.00.00.00

Recurso: 621, 500

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 18 de julho de 2024.

Cláudia Adriane Schropfer Schmidt
Psicóloga

Sabrina Dornelles Loureiro
Secretária Municipal da Saúde

() Defiro

() Indefiro

EDUARDO BONOTTO
Prefeito de São Borja/RS